



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SEMIÁRIDO  
UNIDADE ACADÊMICA DE GESTÃO PÚBLICA  
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA**

**JOSÉ LUCAS JÁCOME DE MOURA**

**ASSOCIAÇÃO SUMEENSE DE AVICULTURA:  
UM ESTUDO DE CASO**

**SUMÉ - PB  
2019**

**JOSÉ LUCAS JÁCOME DE MOURA**

**ASSOCIAÇÃO SUMEENSE DE AVICULTURA:  
UM ESTUDO DE CASO**

**Artigo Científico apresentado ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Tecnólogo em Gestão Pública.**

**Orientador: Professor Dr. Tiago Gonçalves Pereira Araújo.**

**SUMÉ - PB  
2019**

M929a Moura, José Lucas Jácome de.  
Associação Sumeense de Avicultura: um estudo de caso. / José  
Lucas Jácome de Moura. - Sumé - PB: [s.n], 2019.

49 f.

Orientador: Professor Dr. Tiago Gonçalves Pereira Araújo.

Artigo Científico - Universidade Federal de Campina Grande;  
Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido; Curso  
Superior de Tecnologia em Gestão Pública.

1. Terceiro Setor. 2. Desenvolvimento local. 3. Associação de  
Avicultura Sumeense. I. Araújo, Tiago Gonçalves Pereira. II. Título.

CDU: 334.73(045)

**Elaboração da Ficha Catalográfica:**

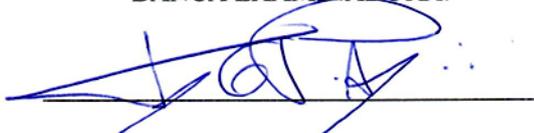
Johnny Rodrigues Barbosa  
Bibliotecário-Documentalista  
CRB-15/626

**JOSÉ LUCAS JÁCOME DE MOURA**

**ASSOCIAÇÃO SUMEENSE DE AVICULTURA:  
UM ESTUDO DE CASO**

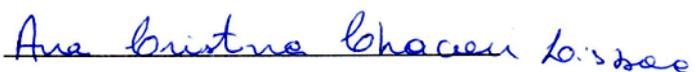
Artigo Científico apresentado ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Tecnólogo em Gestão Pública.

BANCA EXAMINADORA:



Prof. Dr. Tiago Gonçalves Pereira Araújo

Orientador – UFCG/CDSA



Prof.ª Ma. Ana Cristina Chacon Lisboa

Examinadora – UFCG/CDSA



Prof. Me. Allan Gustavo Freire da Silva

Examinador – UFCG/CDSA

**Trabalho aprovado em: 23 de dezembro de 2018.**

**SUMÉ - PB**

“Emprego é fonte de renda e trabalho é fonte de vida. Meu trabalho é minha obra. A noção grega de obra é *poiesis*. De onde vem poesia, que é o que você elabora. Eu gosto dessa idéia. Tanto que não há estresse no meu trabalho, só cansaço. Cansaço resulta de um esforço intenso e estresse resulta de um esforço para o qual você não vê sentido. Cansaço se cura descansando. Estresse só se cura se houver mudança de rota.”

Mario Sergio Cortella

## **AGRADECIMENTOS**

Em primeiro lugar agradeço a Deus, grandioso pai celestial, que me deu motivação e sabedoria para chegar até aqui. Por estar me abençoando e me dando forças nos momentos difíceis.

Aos meus pais, Ilza Maria e Luis Alberto por estarem comigo em todos os momentos de minha vida a quem eu devo tudo que estou conquistando até hoje e que nunca me deixaram baixar a cabeça me incentivando durante toda essa caminhada acadêmica. Amo vocês.

A meu irmão Angelo por seu companheirismo e amizade. A minha namorada Letícia por me incentivar a galgar conhecimentos maiores e pelo companheirismo.

A todos os amigos que fiz no curso de Gestão Pública que estiveram comigo durante esses anos, agradeço ao grupo de estudos em produção animal e alimentos (GEPAAAL) Levi, Walber, Marthynna, Diego, Vinicius, Brendo, e João Victor, pelo apoio nos momentos de dificuldade e pelas risadas que compartilhamos. A meu grande amigo Airton (preto), por ter me ajudado tanto para a conclusão desta etapa em minha vida, e a meu amigo Robson da Associação Sumeense de Avicultura que tanto colaborou com a mesma.

A Universidade Federal de Campina Grande ao Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido pelas oportunidades que tive durando meu curso de Gestão Pública, a todos os professores ao qual tive o privilégio de conhecer e aprender com cada um.

Ao meu orientador e amigo de longas datas Dr. Tiago Gonçalves Pereira Araujo por sempre ser esse tio incentivador, pelo apoio, atenção, e por sempre me incentivar a dar o meu melhor em todas as situações, pelo ombro amigo durante as mais adversas situações, sendo sempre essa pessoa incrível.

No mais, um grande obrigado a todos.

## RESUMO

Este Artigo Científico tem como objetivo precípua analisar a atuação da Associação Sumeense de Avicultura (ASA), no município de Sumé – PB, quanto à relação produtor/associação e seus aditamentos para o desenvolvimento local em um estudo de caso. A pesquisa compreendeu o estudo das atividades exercidas pela ASA desde seu processo de fundação no município de Sumé até o ano de 2017, os recursos investidos pela prefeitura municipal na referida atividade, bem como salientar o impacto social e econômico na vida dos associados no mesmo período, levando em conta as políticas públicas de desenvolvimento. Como embasamentos teóricos foram apresentados os conceitos básicos referentes ao terceiro setor, capital social, políticas públicas de desenvolvimento da localidade bem como o associativismo; noções sobre a estrutura e a forma de atuação da ASA; e a análise das atividades realizadas na parceria com a prefeitura municipal. Os dados obtidos a partir do ano de 2004 mostram que diante da fundação da ASA no município de Sumé, houve um aumento da produção de galinha caipira, assim como, também houve um aumento da renda das famílias envolvidas no processo produtivo. Isso se deve ao planejamento realizado pela diretoria da ASA, pela aplicação de mini-cursos, ministrados pelo SEBRAE, que capacitaram os associados, e pelos recursos financeiros investidos pelo poder público municipal através de projetos. De maneira geral, os resultados observados apresentaram uma eficiência na aplicação destes recursos. Deste modo, é possível afirmar que o terceiro setor é um importante condutor no alcance dos processos de Desenvolvimento Local proporcionando geração de emprego e renda, principalmente para produtores rurais.

**Palavras chaves:** Desenvolvimento Local. Políticas Públicas. Terceiro setor.

## **ABSTRACT:**

The objective of this scientific article is to analyze the performance of the poultry association (ASA), the Sumé city, regarding the producer/ association relationship and its additions to local development in a case study. The research comprised the study of the activities carried out by ASA from its founding process in the Sumé city until 2017, the resources invested by the municipal government in said activity, as well as to highlight the social and economic impact on the life of the members in the same period , taking into account public development policies. As theoretical bases were presented the basic concepts regarding the third sector, social capital, public policies of local development as well as associativism; notions about the structure and the way the ASA works; and the analysis of the activities carried out in partnership with the municipal government. The data obtained from the year 2004 show that before the founding of the ASA in the Sumé city, there was an increase in the production of hen, as well as, there was also an increase in the income of the families involved in the production process. This is due to the planning carried out by the board of ASA, the application of courses, given by SEBRAE, which trained the members, and the financial resources invested by municipal public power through projects. In general, the results observed showed an efficient application of these resources. In this way, it is possible to affirm that the third sector is an important driver in the scope of the local development processes, providing employment and income generation, mainly for rural producers.

**Keywords:** Local Development. Public Policy. Third Sector.

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 01</b> Definições De Políticas Públicas.....	16
<b>Quadro 02</b> Perfil dos Entrevistados.....	35
<b>Quadro 03</b> Que motivo o levou a fazer o empréstimo/financiamento via PRONAF?.....	37

## LISTAS DE GRÁFICOS

<b>Gráfico - 01</b>	Houve um aumento na sua renda após o empréstimo/financiamento via PRONAF?.....	38
<b>Gráfico - 02</b>	Se sua renda aumentou qual uso atribuído? Pode marcar mais de uma.....	39
<b>Gráfico - 03</b>	Qual é seu principal público consumidor?.....	40

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
<b>2</b>	<b>OBJETIVOS.....</b>	<b>14</b>
<b>2.1</b>	<b>Geral.....</b>	<b>14</b>
<b>2.2</b>	<b>Específicos.....</b>	<b>14</b>
<b>3</b>	<b>PROBLEMÁTICA.....</b>	<b>15</b>
<b>4</b>	<b>FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....</b>	<b>16</b>
<b>4.1</b>	<b>Definição de políticas públicas.....</b>	<b>16</b>
<b>4.2</b>	<b>Ciclo das políticas públicas.....</b>	<b>17</b>
<b>4.3</b>	<b>Agricultura familiar.....</b>	<b>19</b>
<b>4.4</b>	<b>Programa Nacional De Fortalecimento Da Agricultura Familiar (PRONAF).....</b>	<b>21</b>
<b>4.4.1</b>	<b>Características do PRONAF.....</b>	<b>22</b>
<b>4.5</b>	<b>Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) Em Sumé – PB.....</b>	<b>24</b>
<b>4.6</b>	<b>Segurança alimentar e nutricional.....</b>	<b>25</b>
<b>4.7</b>	<b>Dinamismo da agricultura familiar no município de Sumé– PB.....</b>	<b>25</b>
<b>4.8</b>	<b>Terceiro Setor.....</b>	<b>26</b>
<b>4.9</b>	<b>Desenvolvimento local – Terceiro Setor.....</b>	<b>29</b>
<b>4.10</b>	<b>Relação entre desenvolvimento local e associativismo.....</b>	<b>30</b>
<b>4.11</b>	<b>Estudo de caso – Associação Sumeense de Avicultura de Sumé – PB.....</b>	<b>31</b>
<b>5</b>	<b>METODOLOGIA.....</b>	<b>33</b>
<b>6</b>	<b>ANÁLISE DOS DADOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....</b>	<b>35</b>
<b>6.1</b>	<b>O perfil dos entrevistados.....</b>	<b>35</b>
<b>6.2</b>	<b>PRONAF – impacto socioeconomico no municipio de Sumé para o desenvolvimento rural via ASA.....</b>	<b>36</b>
<b>7</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>41</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>42</b>
	<b>APÊNDICE.....</b>	<b>46</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A avicultura caipira é uma atividade em plena expansão no Brasil, e o Nordeste é a região que contempla as melhores condições climáticas para o desenvolvimento desta ocupação produtiva. Atualmente, a criação de frango caipira vem crescendo consideravelmente, devido à pressão dos consumidores por alimentos mais saudáveis, com menores concentrações de resíduos químicos (CAIRES et al. 2010). Esta atividade tem aumentado na última década, no Brasil e no mundo, tornando-se lucrativa e interessante para pequenos e médios produtores rurais.

Existe uma forte demanda em todos os países, notadamente nos mais desenvolvidos, por alimentos não contaminados por agrotóxicos, que não contenham resíduos de qualquer natureza, que valorizem atributos tais como aparência e sabor que estejam associados ao bem estar animal e social e, ambientalmente limpos, isso questiona o paradigma do custo mínimo e abre espaços para novas formas de produção, menos intensiva, mas que asseguram os aspectos anteriormente mencionados (FIGUEIREDO et al. apud, 2001).

Segundo Portugal (2004), a agricultura familiar constituída por pequenos e médios produtores representa a imensa maioria dos produtores rurais no Brasil, são agricultores com baixo nível de escolaridade e diversificam os produtos cultivados para diluir custos, aumentar a renda e aproveitar as oportunidades de oferta ambiental e disponibilidade de mão-de-obra. Atualmente é observado um aumento de desenvolvimento de técnicas mais naturais e sustentáveis de produção de aves em quase todo o mundo.

Além disso, os produtos da avicultura alternativa são voltados para um público mais seletivo, mais exigente, quanto à maneira de produção e a qualidade do produto, o que qualifica esta atividade quanto as técnicas de produção, rentabilidade e eficiência. Os produtos alcançam preços mais elevados do que os dos frangos comuns no mercado varejista, embora os requisitos de produção e o *marketing* diferenciado imprimam grande impacto nos custos (FILHO e MENDES, 2001).

Para Martins (2002, p.52), o verdadeiro diferencial do Desenvolvimento Local está,

[...] fundamentalmente na valorização das pessoas em sua plenitude, que supõe crescimento econômico não como fim, mas como meio de reduzir as privações e as aflições humanas.

A região Nordeste é considerada uma das regiões mais carentes do Brasil, quando se trata de questões sociais e econômicas, sendo a Paraíba um dos estados mais pobres da região. Os municípios que compõem o estado da Paraíba, em sua maioria, têm seus recursos

provenientes do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), além dos benefícios advindos da aposentadoria de idosos bem como também dos programas sociais. Dessa forma se torna viável buscar alternativas distintas para reduzir essa dependência. Como sugestão, surge à produção de aves caipiras como importante contribuição ao processo de desenvolvimento local de maneira sustentável no meio rural. A parceria mais importante é a do Terceiro Setor com o Poder Público Municipal, especificamente nesse caso, pela Associação Sumeense de Avicultura, com o comércio local, e com a prefeitura municipal, no planejamento e adesão de ações para o Desenvolvimento Local.

Além de trazer para a população sumeense um estudo mais aprofundado sobre as atividades exercidas pela Associação Sumeense de Avicultura (ASA), durante todo o processo de produção de aves caipiras em Sumé, apresentam também, informações sobre parcerias com o Poder Público Municipal, fomentando a geração de emprego e renda no município. Por usar cerca de 100% de insumos naturais, a criação de aves caipira torna a técnica em um ato sustentável, não agride o meio ambiente, e gera adubo de alta qualidade.

Portanto, o presente trabalho tem como objetivo maior analisar o impacto das políticas públicas, aplicadas à Associação Sumeense de Avicultura no município de Sumé-PB, e se estas políticas contribuíram para o desenvolvimento local.

Espera-se também, que os resultados obtidos com esta pesquisa, sirvam de incentivo para que outras entidades venham a se organizar, promover e desenvolver parcerias com órgãos públicos ou privados e assim potencializar benefícios advindos de políticas publicas essenciais para o crescimento de regiões proporcionalmente carentes como a Microrregião do Cariri Ocidental da Paraíba.

## **2 OBJETIVO**

### **2.1 Geral**

Caracterizar o impacto social e econômico dos membros da Associação Sumeense de Avicultura (ASA) do município de Sumé – PB.

### **2.2 Específicos**

- Avaliar a contribuição social da associação para seus membros;
- Avaliar a contribuição econômica que a associação tem para com seus membros;
- Analisar a atuação do Terceiro Setor como fonte de renda para as famílias dos associados;
- Analisar a atividade avícola como fonte geradora de melhoria na qualidade de vida das famílias associadas;

### **3 PROBLEMÁTICA**

Partindo da idéia de Desenvolvimento Local, a criação de galinhas caipiras vem se apresentando como uma alternativa para o aumento da renda familiar de alguns agricultores sumeenses, por ser uma atividade de baixo custo, rentável, e demanda pouco tempo de produção. Quanto a produção da avicultura caipira no município de Sumé - PB, este trabalho de conclusão de curso tem como indagação principal: se apresenta de maneira produtiva, a criação de aves caipira como fonte de renda e de desenvolvimento local, de forma sustentável, por meio da associação sumeense de aviculturano município de Sumé – PB?

## 4 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Políticas Públicas podem ser caracterizadas como o conjunto de programas, ações, e atividades desenvolvidas pelo Estado de maneira direta ou indireta com participação de entes públicos e privados, com a intenção de assegurar o direito de cidadania, e promovendo o bem-estar social de interesse público, alcançando assim, impactos na vida da população em prol do desenvolvimento.

### 4.1 Definição de políticas públicas

Políticas Públicas são ações práticas pelos governantes em diversas áreas, como a saúde, a segurança, a educação e etc., tanto na esfera Federal, como também na Estadual, e por fim na Municipal, onde são criadas depois de observada certa demanda da sociedade. Seguindo alguns conceitos que definem as políticas públicas, Souza (2006), argumenta que as decisões e análises sobre políticas públicas sugerem o questionamento, em linhas gerais, de: “quem ganha o quê, por quê e que diferença faz”, logo, ações destinadas a solucionar demandas apresentadas pela sociedade, considerando as prioridades. Ainda sobre Souza (2006), a conceituação de políticas públicas trata de uma área do conhecimento que atua ao mesmo tempo de, “colocar o governo em ação” e também de analisar a ação praticada e em seguida analisar o caminho desta ação como variável independente e dependente, respectivamente. No quadro a seguir (Quadro 01) serão observados outros conceitos sobre políticas públicas utilizadas por Souza (2006).

**Quadro 01 – Definições De Políticas Públicas**

<b>AUTORES</b>	<b>DEFINIÇÃO</b>
<b>Mead (1995)</b>	Um campo dentro do estudo da política que analisa o governo aluz de grandes questões públicas.
<b>Lynn (1980)</b>	Um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos.
<b>Peters (1986)</b>	Política pública é a soma das atividades do governo que agem diretamente ou através de delegações, e que influenciam a vida dos cidadãos.
<b>Dye (1984)</b>	O que o governo escolhe fazer ou não fazer.

**Fonte:** Pereira, 2017, p. 14.

Seja qual for o conceito utilizado para a definição de políticas públicas, sempre será destacado o papel do estado e suas ações. Logo, para se obter êxito durante o

desenvolvimento das políticas públicas, é necessário um planejamento composto por vários estágios, popularmente conhecido como ciclo de políticas públicas.

#### 4.2 Ciclos das políticas públicas

**Figura 1 - Ciclo de políticas públicas**



Fonte: ResearchGate.net

Para que as políticas públicas alcancem seu ápice, é necessário que passem por cada fase do ciclo da Figura 1. Onde, a percepção e definição de problema, primeira fase que consiste em identificar o problema, analisar e reconhecer o mesmo como uma questão digna de sua atenção. Para Frey (2000), um problema pode ser reconhecido e notado como tal, assim que passam a ter relevância político-administrativa em grupos da administração pública, sociais e políticos, “geralmente são as mídias e outras formas da comunicação política e social que contribuem para que seja atribuída relevância política a um problema peculiar” (FREY, 2000, p. 227). Portanto, “nem sempre os problemas vão necessariamente compor as agendas para serem solucionados, a não ser que estas estejam dentro das reais intenções dos agentes políticos”. (PEREIRA, 2017, p. 15).

Já na segunda fase do ciclo, a formação da agenda, para Frey (2000), é nesta fase que será decidido o que irá entrar e o que irá sair como pauta, considerando sua importância para as ações futuras. Então, devem ser considerados: custos, benefícios e oportunidades de inserção na arena política. Souza (2006), acredita que a fase de formação da agenda está

ligada diretamente com o processo de decisão e da maneira que os governantes objetivam suas ações, mantendo foco nos problemas (onde assume o dever de solucionar determinada demanda), foco na política (onde se constrói uma consciência junto à sociedade sobre os problemas a serem solucionados), e para encerrar, o foco nos participantes visíveis (políticos, partidos, mídia) e nos invisíveis (burocratas e acadêmicos).

Já a fase de elaboração de programas de decisões, terceira fase do ciclo, trata do processo de afinamento de possíveis soluções para os problemas elencados, logo, qual política pública deve ser utilizada, sendo que não se trata apenas de selecionar uma alternativa dentre as que foram consideradas. Oliveira (2006), relata que essa construção deve ocorrer se baseando em informações precisas, articuladas e compreensíveis do processo, pelos atores envolvidos que possuem maior influência na administração e na política.

A partir do quarto ciclo é que se inicia a implantação de políticas públicas, onde Heidemann (2009), se alicerça no que foi definido na agenda pela tomada de decisões, pois se não forem aplicadas não deixam de ser meras intenções. É a partir desta fase que se efetiva a política pública.

E para concluir o ciclo, a quinta fase, o monitoramento e a avaliação analisam as políticas públicas. Após a conclusão destas análises é possível verificar se os resultados obtidos e as metas alcançadas foram as esperadas, e por se tratar da última fase não significa que seja o fim do processo, mas também que seja o recomeço do mesmo. Frey (2000), apresenta esta fase como eventual correção da ação:

Trata-se de indagar os déficits de impacto e os efeitos colaterais indesejados para poder deduzir consequências para ações e programas futuros. A avaliação ou controle de impacto pode, no caso de os objetivos do programa terem sido alcançados, levar ou a suspensão ou ao fim do ciclo político, ou, caso contrário, a iniciação de um novo ciclo, ou seja, a uma nova fase de percepção e definição e elaboração de um novo programa político ou a modificação do programa anterior (Frey, 2000, p. 228).

Então, a fase de monitoramento e avaliação configura etapa crucial dentro do processo de criação de uma política pública, onde se podem calcular os efeitos da ação permitindo que os desenvolvedores da mesma, tenham um *feedback* dos resultados.

### 4.3 Agricultura familiar

Levando em consideração o papel econômico-social que a agricultura exerce para os trabalhadores do campo e suas famílias, Denardi (2001) deixa explícito que a unidade familiar compõe ao mesmo tempo uma unidade de consumo, de produção, e também de reprodução social.

Compõe um dos pilares que sustenta a economia em vários municípios das regiões do nosso país. Segundo Pereira (2017), a agricultura não está apenas ligada ao trabalho de plantar e colhera partir dos membros da família, está relacionado ao ato de plantar, colher e vender, assim, esta agricultura se torna um elemento considerável por possuir caráter econômico e social para todos os envolvidos. Já Schneider (2006), elenca a agricultura familiar, em três fatores: o primeiro trata da forma de uso do trabalho que usa predominantemente da força de trabalho familiar, a segunda trata dos aspectos da natureza que impede a correspondência entre a atividade de produção agrícola e a industrial, e por fim a terceira que trata sobre a teoria social que leva em conta o desenvolvimento agrário como ator de um processo macrosocial e econômico, não considerando a resiliência das famílias envolvidas e seu modo de interação. Denardi (2001), diz que,

os empreendimentos familiares tem duas características principais: eles são administrados pela própria família; e neles a família trabalha diretamente, com ou sem o auxílio de terceiros. Vale dizer, também, que um estabelecimento familiar é, ao mesmo tempo, uma unidade de produção e de consumo; uma unidade de produção e reprodução social.

O trabalhador rural, mais conhecido como agricultor familiar atua em sua terra e desempenha funções junto a sua família, sua produção é limitada unicamente para sua própria alimentação e de sua família, que não possui necessidade de terceiros para o auto-sustento. A agricultura familiar é bem definida pela lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, onde:

Art. 3º Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

- I - Não detenha, a qualquer título, área maior do que 04 (quatro) módulos fiscais;
- II - Utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- III - Tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo;
- IV - Dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

§ 1º O disposto no inciso I do caput deste artigo não se aplica quando se tratar de condomínio rural ou outras formas coletivas de propriedade, desde que a fração ideal por proprietário não ultrapasse 4 (quatro) módulos fiscais.

§ 2º São também beneficiários desta Lei:

I - Silvicultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo, cultivem florestas nativas ou exóticas e que promovam o manejo sustentável daqueles ambientes;

II - Aquicultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo e explorem reservatórios hídricos com superfície total de até 2ha (dois hectares) ou ocupem até 500m<sup>3</sup> (quinhentos metros cúbicos) de água, quando a exploração se efetivar em tanques-rede;

III - Extrativistas que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos II, III e IV do caput deste artigo e exerçam essa atividade artesanalmente no meio rural, excluídos os garimpeiros e faiscaidores;

IV - Pescadores que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos I, II, III e IV do caput deste artigo e exerçam a atividade pesqueira artesanalmente.

Após a implantação da lei nº 11.326, foi possível observar maior discernimento e compreensão das pessoas que se classificam como agricultores familiares, onde estes trabalham em sua pequena propriedade com ajuda de sua família na zona rural, que se enquadram dentro das condições expostas pela lei, para fazer parte tanto de programas como de projetos do governo, onde, a lei regulamenta diretrizes que formulam a Política Nacional da Agricultura Familiar. Nota-se que a formulação de políticas públicas, programas e/ou projetos, de incentivo resultam na atividade produtiva devido ao grande potencial brasileiro.

Por compor a base do consumo das famílias, a agricultura familiar tem significativa parcela de produção na alimentação das famílias envolvidas, porém, os excedentes são comercializados para complementar a renda, ou seja, o que elas cultivam é para consumo próprio, por isso também é conhecida como agricultura familiar de subsistência.

Geralmente são os agricultores familiares que geram emprego e renda local, ocasionando em um fortalecimento da economia, distribuindo melhor a renda onde vivem, ou seja, são os agricultores que alimentam as pessoas de sua própria comunidade, impactando no desenvolvimento local (BORGES e SANTOS, 2012). Entretanto, mesmo com todas as adversidades encontradas na região nordeste, a agricultura persiste significativamente na economia a nível estadual, só na Paraíba é possível verificar pelos dados do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) que foram cerca de 73 mil contratos de custeio e de investimento no Programa, movimentando um total de R\$ 244,2 milhões para melhorias nas propriedades de agricultores familiares (MDA, 2016). Sachs (2004), ressalta que a agricultura familiar é promotora de empregos a um custo inferior quando comparado a qualquer outro, superando qualquer alternativa na zona urbana (evitando o êxodo rural), gerando renda e garantia financeira para as famílias envolvidas, desta forma a mesma possui o poder de desenvolver o local no município que investe em políticas públicas neste segmento.

#### **4.4 Programa Nacional De Fortalecimento Da Agricultura Familiar (PRONAF)**

Após a constituição de 1988 foi possível observar uma valorização das políticas públicas nas agendas dos governantes, resultado de grandes movimentos sociais juntamente com o crescimento dos direitos, como o período militar, por exemplo, gerando assim uma preocupação maior na elaboração de políticas agrárias. No início da década de 1990 o então presidente Itamar Franco começou a implantar medidas em prol do desenvolvimento econômico levando em consideração, o bem-estar social. O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) foi implantado como política pública no ano de 1996 através do decreto presidencial nº1946/96, com a proposta de incentivar por meio de benefícios fiscais ao pequeno produtor. O PRONAF se destina ao trabalhador e produtor rural, se baseando por meio do fortalecimento e da fomentação da agricultura no nosso país fornecendo apoio de crédito e apoio técnico.

A valorização da agricultura familiar só foi passar por um avanço após o surgimento do PRONAF após várias reivindicações das organizações dos trabalhadores, que demandavam tanto da elaboração quanto da implantação de políticas públicas específicas para cada segmento da agricultura no Brasil, a partir delas os sindicatos ganharam voz, melhorando o programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar de maneira técnica. Mattei (2004) destaca que no cenário da década de 1980, foram criadas outras políticas, porém não surtiram efeitos relevantes, resultados influenciados pelos próprios governantes, pois não se pensava em uma política pública agrícola que atendesse grandemente o pequeno e o médio produtor rural.

Desta forma, as políticas públicas agrícolas só são instauradas no intuito de atender de fato agricultores familiares em sua maioria, porém, atendendo somente os mais fragilizados. Com a instituição do PRONAF houve a legitimação da categoria social dos agricultores familiares, que antes era marginalizada. (MATTEI, 2014, p.72).

##### **4.4.1 Características do PRONAF**

O contato com o PRONAF é iniciado a partir do momento que surge a necessidade das famílias com o crédito.

O PRONAF financia projetos tanto individuais como coletivos, que gerem renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária. O PRONAF possui as menores taxas

de juro de financiamento rural, além de possuir as menores taxas de inadimplência, quando comparado a outros sistemas de crédito do país. As linhas de atuação do PRONAF, segundo Maroni (2006), são duas: PRONAF Crédito Rural e PRONAF Infra-estrutura e Serviços, onde o Banco do Brasil (BB) e o Banco do Nordeste (BNB) fornecem o crédito com taxas reduzidas para apoiar projetos e atividades agrícolas dos produtores rurais. Já o PRONAF Infra-estrutura tem os créditos repassados aos municípios para melhorar a infraestrutura física dos empreendimentos. Já o PRONAF crédito, que é uma das políticas públicas analisadas neste projeto, está relacionada ao crédito aos agricultores, a qual possui a condicionalidade de exigir dos agricultores que obtenham a declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP), através de sindicatos rurais, bancos, câmara de vereadores, por exemplo, a Empresa de Assistência Técnica (ATER), como a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), segundo o MDA (2010). A DAP é um documento que serve como identificação do agricultor, as associações, produtores e cooperativas (MDA, 2010).

Já no tocante ao segmento dos agricultores, foram separados em grupos com todas as especificidades e também as particularidades. Para que o programa tenha informações sobre o perfil dos agricultores familiares a fim de aperfeiçoar e melhorar a manutenção da política pública, os produtores familiares são classificados em 05 grupos: A – aqueles assentados da reforma agrária estaduais ou municipais reconhecidos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), independente da renda, e dos demais grupos B, C, D, E, são caracterizados como agricultores de acordo com sua renda que pode ser de até R\$2.000,00 (dois mil) sem mão de obra; para o grupo B, renda de R\$2.000,00 (dois mil) até R\$14.000,00 (quatorze mil) com mão de obra; para o grupo C, a partir de R\$14.000,00 (quatorze mil) até R\$40.000,00 (quarenta mil) com até dois empregados, e os do grupo E são os que excedem esses valores (MANUAL DE OPERACIONALIZAÇÃO, apud MARONI, 2006). Levando em consideração o clima do semiárido paraibano, os agricultores enfrentam uma realidade importuna para qualquer atividade produtiva, a escassez de água e os baixos índices pluviométricos afetam grande parte dos municípios nordestinos, dentro do contexto existente de seca, foi possível elaborar especificidades que atendem aos agricultores desta área; o PRONAF atua em concordância com essa linha, priorizando os projetos com infraestrutura hídrica, na sua implantação e ampliação, buscando uma convivência com o semiárido. O Garantia Safra (GS) é uma das ações do governo criada como um auxílio destinado a agricultores familiares que comprovem devidamente sua atuação nesta área, onde o GS é destinado a estes agricultores mais por conta da escassez do que o excesso de chuvas. O GS é uma ação do governo vista como um apoio à agricultura familiar. Onde são aptos a

receber o garantia safra, segundo o MDA através da Secretariade Agricultura Familiar (SAF), os beneficiários que aderirem ao programa e que comprovem a atividade em seus estados e municípios.

É comum associar ou quem sabe até confundir o desenvolvimento econômico com o crescimento econômico, para Oliveira (2006), o que diferencia esses dois processos, o crescimento econômico incentiva o aumento dos números no tocante ao nível produtivo, onde o mesmo é visto como passo precursor para o desenvolvimento, faz necessário pensar além dos percentuais produtivos (Produto Interno Bruto), mas também na qualidade alinhada à sustentabilidade. O desenvolvimento aborda não só o crescimento econômico, como também a qualidade de vida, melhorando assim os indicadores de bem estar econômico social, sendo necessário compreender de que o mesmo não trata apenas de gerar emprego e renda, mas também de promover a melhoria da qualidade de vida dos envolvidos. Ainda sobre Oliveira (2006), é possível considerar quanto à definição de desenvolvimento:

O desenvolvimento deve ser encarado como um processo complexo de mudanças e transformações de ordem econômica, política e, principalmente, humana e social. Desenvolvimento nada mais é que o crescimento – incrementos positivos no produto e na renda transformado para satisfazer as mais diversificadas necessidades do ser humano, tais como: saúde, educação, habitação, transporte, alimentação, lazer, dentre outras (OLIVEIRA, 2006, p.04).

Schneider (2006), destaca que o PRONAF surge com o intuito de promover o desenvolvimento rural a partir da relação entre agricultura familiar e o desenvolvimento “como um instrumento governamental capaz de aumentar as possibilidades de investimento dos agricultores familiares, para que eles possam concretizar seus projetos produtivos, gerar renda, e, com isso, melhorar a condição de vida nas áreas rurais”. A partir do fornecimento de crescimento social e econômico proporcionado via agricultura familiar, é possível observar desenvolvimento rural como resultado.

Então, não se pode considerar o desenvolvimento econômico de um país sem que seja levado em consideração a qualidade de vida e as condições populacionais nas mais adversas instâncias, seja rural ou urbana. Desenvolvimento rural não se trata exclusivamente de atividades agrícolas, e sim das diversas atividades praticadas pelos membros da família gerando uma pluriatividade. Na zona rural é possível observar que essa pluriatividade possibilita uma infinidade de atividades econômicas a serem exploradas. Logo, a política pública que é o PRONAF se baseia na idéia de desenvolvimento, devido à melhoria da qualidade de vida e também pelo notável aumento da produção familiar dos agricultores, o

programa detém de objetivos ligados a potenciais indicadores socioeconômicos sem se desviar da contribuição sustentável gerada no ambiente em que vivem.

#### **4.5 Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) Em Sumé - PB**

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) foi criado pelo art. 19 da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003, no âmbito do Programa Fome Zero, esta lei foi alterada pela lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011 e regulamentada por diversos decretos, o que está em vigência é o decreto nº 7.775, de 04 de julho de 2012 (MDS, 2018) e suas duas principais finalidades são; incentivar a agricultura familiar, por meio do acesso a alimentação utilizando a prefeitura municipal como ponte de ligação entre pequeno produtor e famílias de baixa renda. O PAA é um programa que recebe fundos do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), em que para que sejam assegurados os incentivos a agricultura familiar e também da redução do tempo gasto com licitações, o mesmo atua por meio de contratos firmados com organizações não governamentais, no caso com a Associação Sumeense de Avicultura (ASA) em Sumé – PB. Segundo o MDS (2006),

Para o alcance desses dois objetivos, o programa compra alimentos produzidos pela agricultura familiar, com dispensa de licitação, e os destina às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional e àquelas atendidas pela rede sócio-assistencial, pelos equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional e pela rede pública e filantrópica de ensino.

O programa também atua em compras para formação de estoque, onde o governo considera que compras maiores obtêm uma redução maior dos custos com a produção do pequeno produtor, reduzindo o gasto do mesmo e potencializando o aumento da renda familiar, “Além disso, o programa promove o abastecimento alimentar por meio de compras governamentais de alimentos; fortalece circuitos locais e regionais e redes de comercialização” segundo o MDS (2006), valorizando a biodiversidade local, produzindo alimentos sem o uso de agrotóxicos, sem fertilizantes, e por meio do PAA incentivar cada vez mais famílias, comunidades, associações e cooperativas a produzirem alimentos mais naturais e mais saudáveis. O programa pode ser executado através de incentivos ao consumo e produção de leite, compras com doações simultâneas, compras diretas, compra institucional e aquisição de sementes como também nas compras para formação de estoque como já citado anteriormente.

Dessa forma o Programa de Aquisição de Alimentos vem se mostrando como uma política pública eficiente e atuante diante do cenário municipal, onde por meio do mesmo

vem apresentando juntamente com o governo federal, possíveis soluções para redução da insegurança alimentar e nutricional, e a inclusão produtiva rural das famílias mais pobres.

#### **4.6 Segurança alimentar e nutricional**

A segurança alimentar e nutricional trata da concretização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente não comprometendo o acesso a outras necessidades importantes, MDS – SESAN (2014). Para que seja assegurada a alimentação nutricional da população, o governo federal também criou uma série de programas e ações. Além do MDS, existem também algumas secretarias responsáveis pelo programa Bolsa Família e pelas políticas públicas voltadas para a assistência social, como também, existe uma secretaria denominada de Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN). A SESAN se destaca pelo fato de coordenar e incentivar pequenos produtores familiares por meio de programas de produção e consumo de alimentos mais saudáveis pela população envolvida.

Os programas das Cisternas e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o programa de fomento às atividades produtivas rurais, a distribuição de cestas básicas a grupos populacionais específicos (como famílias acampadas, comunidades indígenas, quilombolas e de terreiros, pescadores artesanais e famílias atingidas pela construção de barragens), equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional, tais como as Unidades de Distribuição da Agricultura Familiar (UDAF), ações de educação alimentar e nutricional, são exemplos de programas desenvolvidos pela SESAN, onde cada um destes atende a um grupo específico e possui diversas formas de participação e inserção, onde para executá-los faz necessária a parceria com os estados, municípios, consórcios públicos e organizações da sociedade civil, (MDS, 2014).

#### **4.7 Dinamismo da agricultura familiar no município de Sumé– PB**

A adesão de políticas públicas destinadas à agricultura familiar a exemplo do PRONAF, “compõem ferramentas importantes, por dar esperança para aqueles agricultores desacreditados” (PEREIRA, 2017), oportunizando atividades a estes beneficiários, um crescimento econômico, social e de qualidade de vida para todos os envolvidos.

No tocante a discussão da agricultura familiar e suas respectivas atividades, considerando suas particularidades, deve-se levar em consideração fatores naturais locais, “por se tratar de uma atividade ainda muito dependente de fatores naturais como clima, solo ou ecossistemas” (SCHNEIDER, 2006, p. 5). Os fatores climáticos citados por Schneider fazem parte da realidade nordestina, onde o clima semiárido tem grande influência sobre a agricultura familiar no município, clima este que contribui para o retardo do aumento das produções. Segundo Pereira (2017, p. 28), no município de Sumé – PB existiam cerca de 2.222 (dois mil duzentos e vinte e dois) agricultores que possuem a Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP), logo, este é o quantitativo de produtores que se encontram aptos as condições do programa e que se auto declaram como pequenos produtores, (ibidem, 2017) e apenas 587 (quinhentos e oitenta e sete) fazem parte do Garantia Safra (GS). Pereira (2017) ainda destaca que a Secretaria de Agricultura do Município se mostra otimista quanto a situação da agricultura familiar local e suas produções encontram-se bem satisfatórias, onde pode-se concluir que a convivência com o semiárido nordestino vem se mostrando cada vez mais eficiente, quando se fala dos longos períodos de estiagem, onde os próprios produtores se encontram em uma situação de habitualidade frente a esta convivência.

Nos anos de 2016 e 2017 o número de financiamentos e de empréstimos aos pequenos produtores do município de Sumé – PB concedidos pelo Banco do Nordeste do Brasil (BNB) por meio do PRONAF, em números, corresponde à 638 (seiscentos e trinta e oito) “Pronafianos”, segundo Pereira (2017). Onde apenas 13 desses “Pronafianos” fazem parte da ASA, e cabe destacar que parte da produção (excedentes) destes, é comercializada na feira livre do município de Sumé – PB, como meio de complementar a renda familiar e abastecer o comércio local.

#### **4.8 Terceiro Setor**

A sociedade civil é dividida em três setores, primeiro, segundo e terceiro. O primeiro setor é formado pelo Governo, o segundo setor é formado pelas empresas privadas, e o terceiro setor são as associações sem fins lucrativos. O terceiro setor contribui para chegar a locais onde o Estado não conseguiu chegar, fazendo ações solidárias, portanto possui um papel fundamental na sociedade sendo composto por associações e entidades sem fins lucrativos.

O entendimento sobre o terceiro setor inicia pela sua origem, perpassando seus conceitos fundamentais e atributos estruturais, ou operacionais que fundamentam as organizações que o compõem.

Essa compreensão se faz necessária para preencher a lacuna do por que o primeiro e o segundo setor são ineficientes e as ações privadas se encontram distantes das políticas públicas, o que proporciona a estas localidades e pessoas a impossibilidade de fomento do Desenvolvimento Local quando se trata do ponto de vista social, econômico e ambiental.

Já o professor Wilson Roberto (2014), traz uma conceituação básica e tradicional sobre o Terceiro Setor:

Terceiro Setor é uma terminologia sociológica que dá significado a todas as iniciativas privadas de utilidade pública com origem na sociedade civil. A palavra é uma tradução de Third Sector, um vocábulo muito utilizado nos estados unidos para definir as diversas organizações sem vínculos diretos com o primeiro setor (público, estado) e o segundo setor (privado, mercado). De um modo mais simplificado o terceiro setor é o conjunto de entidades da sociedade civil com fins públicos e não-lucrativos.

Para Rampaso (2010, p. 19-20), ele conceitua o terceiro setor de acordo com Handbook On Institutions In System of National Accounts (Manual Sobre Instituições Sem Fins Lucrativos no Sistema Nacional de Contas), desenvolvido pela divisão de estatísticas dos estados unidos em conjunto com a Universidade Johns Hopkins, dessa forma, usando o conceito do órgão supracitado, o Terceiro Setor pode ser apresentado como aquele composto por entidades utilizando os requisitos:

Institucionalizados, ou seja, constituídas legalmente. Privadas: não integram o aparelho do estado. De fins não lucrativos: não distribuem lucro para seus administradores ou dirigentes. Auto administradas: gerenciam suas próprias atividades. Voluntárias: podem ser constituídas livremente por qualquer pessoa ou grupo de pessoas.

Porém, a mesma autora reafirma que este é um conceito internacional de identificação do terceiro setor. E utilizando somente o caso brasileiro, seriam incluídas neste conceito também, “as pessoas jurídicas que possuem os cinco atributos, mas que perseguem interesses privados e não o bem comum, como, as associações dedicadas ao lazer de um determinado grupo de pessoas” (IBIDEM, 2010, p. 20). Seguindo a mesma linha de raciocínio, a autora acrescenta, “[...] e que tenha como objetivo e finalidade o desenvolvimento de ações voltadas à produção do bem comum”.

Já o professor Wilson Roberto (2014, p. 01), expressa de forma mais completa:

“Formalmente constituídas: alguma forma de institucionalização, legal ou não, com um nível de formalização de regras e procedimentos, para assegurar a sua permanência por um período mínimo de tempo. Estrutura básica não

governamental: são privadas, ou seja, não são ligadas institucionalmente a governo. Gestão própria: realiza sua própria gestão, não sendo controladas externamente. Sem fins lucrativos: a geração de lucros ou excedentes financeiros deve ser reinvestida integralmente na organização. Estas entidades não podem distribuir dividendos de lucros aos seus dirigentes. Trabalho voluntário: possui algum grau de Mão de obra voluntaria, ou seja, não remunerada ou o uso voluntário de equipamentos, como a computação voluntária.”

Continuando com o professor Wilson Roberto (2014, p. 02), “O terceiro setor não é público nem privado, mas sim uma junção do setor estatal e do setor privado para uma finalidade maior, suprir as falhas do estado e do setor privado no atendimento às necessidades da população, em uma relação conjunta”. Logo:

“A sua composição é lastreada por organizações sem fins lucrativos, criadas e mantidas pela participação voluntária, de natureza privada, não submetida ao controle direto do estado, dando continuidade às praticas tradicionais da caridade, da filantropia, trabalhando para realizar objetivos sociais ou públicos [...]”

Utilizando a citação de Guerreiro Ramos, o autor acredita que, pela natureza de suas ações e pela sua finalidade, a caracterização do terceiro setor é “[...] um caráter sociológico, a razão substantiva como principal categoria de análise e a ética como disciplina preponderante sobre qualquer outra que venha a abordar a vida social” (VOLTOLINI, 2003, p.28).

Seguindo o mesmo raciocínio, a distinção entre as atividades desenvolvidas que compõem o setor primário, o setor secundário e o setor terciário, “[...] é a lógica que fundamenta as suas práticas e as suas ações, ou seja, a racionalidade inerente à sua ação, tendo em vista os objetivos a serem alcançados e a garantia de melhores resultados [...]” (IBIDEM, 2003, p.29).

No caso do Brasil, as organizações que compõem o terceiro setor vêm obtendo avanços gradativos ao longo dos tempos. E um deles é a Lei Nº 9.790/99, de 23 de março de 1999, que “dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como organizações da sociedade civil de interesse público, que institui e disciplina o termo de parceria e, dá outras providencias” (BRASIL, 1999). A antropóloga Ruth Cardoso fazia uma comparação do Terceiro Setor com o Terceiro Mundo, quando na década de cinquenta era destacado em um contexto internacional o Primeiro e o Segundo Mundo, que representavam os países capitalistas e os países socialistas respectivamente. Ruth Cardoso também faz referência a “na medida em que a idéia de independência é também o que caracteriza essa realidade nova, constituída pela emergência dos cidadãos e de suas organizações como atores do processo de consolidação da democracia e do desenvolvimento social” (IOSCHPE, 2005, p. 8).

#### 4.9 Desenvolvimento local – Terceiro Setor

A característica peculiar que trata do trabalho voluntário promovido pelas organizações do terceiro setor faz com que as pessoas não sejam apenas beneficiárias, mas também alimentem o desenvolvimento local, levando em conta o planejamento, a execução, a fiscalização e avaliação das ações realizadas nestas organizações são praticadas por seus componentes. Para Torras (1995, apud MARTINS, 2002, p. 52) o cunho social encontrado nestas organizações traz consigo a dimensão humana do desenvolvimento local, onde está “[...] fundamentalmente na valorização das pessoas em sua plenitude, que supõe crescimento econômico não como fim, mas como meio de reduzir as privações e as aflições humanas”.

Ainda sobre Martins (2002, p. 52), “na postura que atribui e assegura à comunidade o papel de agente e não apenas da beneficiária do desenvolvimento”. Onde, o trabalho voluntário empregado pelas pessoas que compõem um núcleo organizado, faz com que assumam a posição de promotores do Desenvolvimento Local, o que os torna também como beneficiários destas ações, englobando assim ações mais democráticas. MahbudUIHaq (1978, apud MARTINS, 2002, p. 53), “[...] conclui que o desenvolvimento deve ser uma ação de enfrentamento real às piores manifestações da pobreza, objetivando a igualdade de opções e não de renda”. Citando Rozas (1998), Martins conceitua Desenvolvimento Local como sendo uma organização comunitária que planeja, executa, fiscaliza e avalia as políticas públicas sociais, no sentido de reduzir os índices de pobreza.

No Brasil, o Desenvolvimento Local ganha força quando as Organizações do Terceiro Setor se envolvem quanto a sua promoção, de modo a realizar ações voltadas para uma determinada atividade, como por exemplo, a avicultura familiar, que pode contribuir simultaneamente com a geração de emprego e renda, bem-estar-social, segurança alimentar e preservação ambiental. É importante embasar que o Desenvolvimento Local não está configurado exclusivamente pela geração de emprego e renda, mas também por um conjunto de ações que possibilita gerar um desenvolvimento baseado nas áreas econômicas, sociais e ambientais, mais conhecido como tripé da sustentabilidade. Putnan (1996, apud TABOSA et al, 2014, p.6), destaca que trabalhos de participação popular produzem um poderoso efeito nas sociedades, onde, para ele, “[...] o capital social constituído em sistemas de participação cívica será capaz de fazer os cidadãos agirem de forma cooperativa em benefício mútuo”.

O Desenvolvimento Local fundamenta-se em três elementos: “capital social, organização produtiva e organização político-institucional”. Para Amaral Filho (2002, apud

TABOSA et al, 2014, p. 9), esses três elementos formam um Arranjo Produtivo Local (APL), que se relaciona com a organização do núcleo produtivo local, necessária para se obter uma organização social e institucional necessária a produção social e sua estabilidade. Essa interação social tanto coletiva como individual busca pela constituição de organizações locais que trazem consigo características de formação de um capital social capaz de impulsionar esse processo de Desenvolvimento Territorial. Para Coleman (1998, p. 95), “[...] a habilidade das pessoas trabalharem juntas ou em grupos e organizações para atingir objetivos comuns”, o autor o define Capital Social.

#### **4.10 Relação entre desenvolvimento local e associativismo**

O conceito de Desenvolvimento Local, está ligado a constituição de associações comunitárias criadas com a intenção de sanar demandas de seu público trazendo melhorias para os mesmos. Para Araujo e Theophilo (2012, p.02), “o desenvolvimento pressupõe uma transformação de realidade, a busca pelo bem-estar, pela melhoria nas condições de vida”. O desenvolvimento local deve ser analisado como alternativa para promoção do desenvolvimento, onde, são as pessoas os promotores das suas ações, visto que, o local representa as relações sociais na própria comunidade.

O desenvolvimento local está ligado ao associativismo, levando em consideração que o sentido maior da associação é a união de pessoas em prol de um objetivo em comum, seja com fins econômicos ou não. Esse processo tem como propulsor o Desenvolvimento Rural, puxado pelas associações comunitárias, que se organizam por classes trabalhadoras para promoção de atividades afins, onde, a execução de atividades em cada uma destas classes se torna responsável pelo Desenvolvimento Local. Para que o desenvolvimento local realmente aconteça, é necessário que seja observado os seguintes fatores: o envolvimento dos atores sociais, o capital social envolvido, os recursos e capacidades específicas, a sua institucionalização das atividades desenvolvidas pela organização. Desenvolvimento local, para Lopes (2004, apud ARAUJO e TEOPHILO, 2012, P. 12), pode ser alcançado por meio de atividades de incentivo que envolva o “meio ambiente; prática produtiva: produção e comercialização, prática organizativa: sindicato, grupos de reflexão, times de futebol e associação, educação, saúde e segurança, crédito e infra-estrutura”. Ainda sobre Araujo e Teophilo (2012, p. 16) “o meio rural deve ser visto como uma potencialidade para o desenvolvimento de uma sociedade, apoiando-nos diversos conjuntos de atividades de mercado, e não como mera divisão geográfica”.

A importância do associativismo no desenvolvimento, tanto local como social, frisa para que o ser humano seja o primeiro a integrar esse processo, ou seja, “o indivíduo é o centro de todo o desenvolvimento, ele é quem busca meios, caminhos que possam levá-lo a conquistar a melhoria das condições de sua vida, primeira condição, para se atingir o desenvolvimento social e conseqüentemente o local” (ibidem, p. 6).

Quando se fala em desenvolvimento local se refere não só ao desenvolvimento social, ambiental, cultural, político e humano. Por isso, é preciso realizar investimentos em capital humano, capital social e capital natural, além dos correspondentes ao capital econômico e financeiro.

#### **4.11 Estudo de caso – Associação Sumeense de Avicultura de Sumé - PB**

A ausência de políticas públicas de fomento a atividade da avicultura no município de Sumé a época, em 2004, e a necessidade dos produtores, se organizarem de modo a buscar melhores condições para desenvolver suas atividades de forma coletiva, logo surgiu a idéia de fundar a Associação Sumeense de Avicultura voltada para defender os interesses daquela categoria. Um dos propósitos desta categoria foi o de representar judicial e extrajudicialmente, além de buscar parcerias com órgãos públicos e empresas privadas no intuito de proporcionar melhores condições de trabalho e aumentar o campo de negócio para os produtores de galinha caipira, que dependiam, em parte exclusivamente, daquela atividade econômica para a sobrevivência de suas famílias.

A ASA, situada no município de Sumé, localizada no cariri ocidental da Paraíba, com uma população de aproximadamente 16.060 habitantes (IBGE, 2010), a ASA possui hoje vinte e dois (22) produtores em seu quadro de associados. Com um foco efetivo na produção avícola, esta associação concentra na sua relação de produção de aves para corte, vinte e duas (22) famílias de pequenos produtores, enquadrados na categoria de agricultores familiares em que todos residem no município, porém apenas 13 possuem a Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP), já os demais não possuem declaração esta obrigatória para conseguir benefícios do PAA através de projetos, no ano de 2016 houve uma parceria da ASA com a Prefeitura Municipal de Sumé – PB, em que a associação foi contratada para fornecer peso de 10.947 kg de carne de frango - caipira ou colonial, em um somatório de R\$103.996,50, à Prefeitura do Município, na modalidade de doação, “onde os consumidores são famílias em situação de vulnerabilidade social da pobreza, do precário ou nulo acesso aos serviços públicos, da fragilização de vínculos de pertencimento e sociabilidade e/ou qualquer outra

situação de vulnerabilidade e risco social residente nos territórios de abrangência do CRAS.” (PAA–ASA, 2016), e o valor do somatório foi dividido entre os membros fornecedores (os associados que possuem a DAP).

Existe a parceria da associação com a prefeitura municipal, em que a prefeitura investe os recursos financeiros necessários à manutenção da atividade produtiva, além de participar de maneira efetiva da organização de projetos sociais voltados para o incentivo a atividade da avicultura caipira no município de Sumé. Já a ASA participa na condição planejadora e de gestora na operacionalização deste processo produtivo.

Como Rampaso (2010, p. 20) exemplifica, “parte da doutrina entende que a expressão do Terceiro Setor é utilizada para identificar as atividades da sociedade que não pertencem às atividades estatais e nem as atividades de mercado”. No caso específico da ASA, ela engloba atividades pertencentes ao Primeiro e ao Segundo Setor.

A ASA comercializa também os resultados de sua produção não só com a prefeitura municipal, mas também com o comércio local. Promovendo não só o desenvolvimento social, mas também o desenvolvimento rural, e local. Logo, a renda obtida a partir da produção de galinha caipira é voltada para o desenvolvimento das famílias envolvidas, onde retorna para o comércio local devido à manutenção e compras realizadas pelas famílias ser concentrada em sua maioria no município que ela atinge.

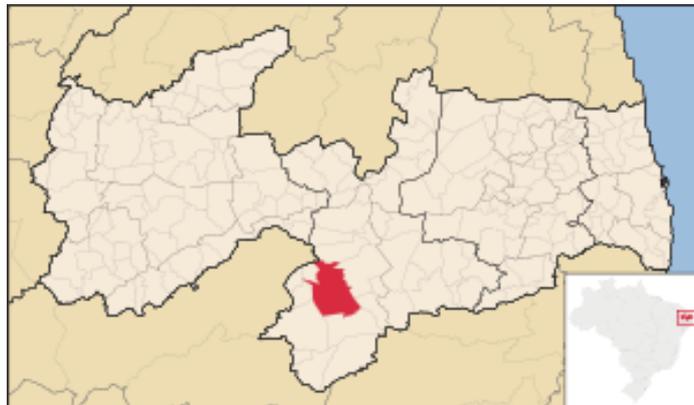
## 5 METODOLOGIA

A pesquisa a ser analisada foi de caráter quali-quantitativa, um estudo de caso, com constatação *in loco*, com aplicação de questionário, onde serão analisados os trabalhos desenvolvidos pela Associação Sumeense de Avicultura em parceria com o Poder Público Municipal, realizando um comparativo de informações do passado dos associados com o cenário atual, bem como também de analisar o Desenvolvimento Local.

O estudo foi realizado em Sumé, município que se encontra na microrregião do cariri ocidental, ao sul do estado da Paraíba, na região semiárida do nordeste brasileiro, onde a vegetação local predominante é a caatinga, segundo o IBGE (2010).

O município se encontra a 263 km da capital João Pessoa (IBGE, 2010). Sua população estimada é de 16.060 habitantes segundo o último censo do IBGE (2010). A temperatura média anual é de 25°C.

**Figura 02** - mapa do estado da Paraíba com destaque para o município de Sumé.



Fonte: Wikipédia.com

O alvo da pesquisa são os produtores de ave caipira membros da ASA. Associação que totaliza 22 membros, sendo nove deles produtores assíduos e todos enquadrados na condição de agricultores familiares. Onde cada associado faz parte de uma família com média de 3 pessoas por família. Desta forma, 66 pessoas participam do processo de associativismo na avicultura familiar em Sumé, onde 27 produzem de maneira efetiva e os demais esporadicamente.

Para fundamentação da pesquisa foram utilizados livros, artigos científicos obtidos através de portais especializados na internet, monografias, dissertações de mestrado, teses de doutorado e outras fontes que possam abrilhantar seu desenvolvimento. Foram verificadas as

ações desenvolvidas pela ASA com os associados, onde será feito uma relação de produção positiva ou negativa.

Foi aplicado ao associado, um questionário (o qual encontra-se em anexo) com questões abertas e fechadas. Foram realizadas pesquisas específicas em portais na internet com acervo específico sobre o Terceiro Setor, políticas públicas para fins de Desenvolvimento da Agricultura Familiar e Desenvolvimento Local, de conteúdo informativo.

## 6 ANÁLISE DOS DADOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Este trabalho buscou analisar as características socioeconômicas dos pequenos produtores rurais, como também, de descrever a importância das Políticas Públicas para a agricultura familiar e identificar o desenvolvimento rural, social e a qualidade de vida para as famílias dos associados a ASAno município de Sumé na Paraíba e de suas contribuições concebidas a partir das mesmas. Foram entrevistados, com um questionário, 13 produtores (apenas os associados que possuem a DAP e que participaram do PAA – 2016) da zona rural do município de Sumé – PB, com um questionário (apêndice A).

Este tópico apresenta o resultado da pesquisa obtido por meio da coleta de dados adquiridos por meio de questionário. Objetivando apresentar os resultados, avaliá-los e discuti-los de acordo com os objetivos específicos. Através da análise da revisão de literatura e do questionário aplicado aos pequenos produtores beneficiários do programa, pontuaram-se algumas observações sobre as Políticas Públicas que atuaram na ASA (PRONAF e PAA), e o seu impacto na vida dos agricultores familiares. Durante a análise dos dados foram elaborados tabelas e gráficos alimentados por informações coletadas de beneficiários do programa.

### 6.1 O perfil dos produtores entrevistados

Este estudo é composto por 13 produtores avicultores familiares beneficiários dos programas PRONAF e PAA. Os perfis dos entrevistados do programa apresentam-se no quadro abaixo.

**Quadro 03 – Perfil dos Entrevistados**

Questionamento	Respostas	Quantidade	%
Gênero	Masculino	6	46%
	Feminino	7	53%
Faixa etária	18 a 21 Anos	0	0%
	22 a 30 Anos	0	0%
	31 a 40 Anos	8	61%
	41 a 50 anos	4	30%
	Acima de 50 anos	1	7%
Escolaridade	Analfabeto	0	0%
	Fundamental incompleto	0	0%
	Fundamental completo	6	46%
	Médio incompleto	4	30%
	Médio completo	2	15%
	Superior incompleto	1	7%
	Superior completo	0	0%
Quantos filhos	Entre 1 e 2 filhos	10	77%

	Entre 3 e 4 filhos	3	23%
	Acima de 5 filhos	0	0%
Tempo aproximado que trabalha com avicultura caipira	Até 3 anos	8	61%
	De 4 até 10 anos	2	15%
	De 11 até 20 Anos	3	23%
	De 21 até 30 Anos	0	0%
	Mais de 30 anos	0	0%
Renda mensal	Até 1 salário mínimo	0	0%
	Entre 1 e 2 salários mínimos	8	61%
	Acima de 2 salários mínimos	5	38%

**Fonte:** Dados da pesquisa, 2018.

De acordo com o Quadro 02, podemos descrever o perfil dos entrevistados onde sua maioria pertence ao sexo feminino com uma percentual de 53% (cinquenta e três), e os homens com 47% (quarenta e sete); já em relação à faixa etária cerca de 61% (sessenta e um) tem entre 31 e 40 anos de idade, 30% (trinta) tem entre 41 e 50 anos de idade e 7% (sete) acima de 50 anos; no tocante ao nível de escolaridade 46% (quarenta e seis) possui nível fundamental completo, 30% (trinta) possui nível médio incompleto, 15% (quinze) possui o ensino médio completo, e 7% (sete) possui o nível superior incompleto; quanto a quantidade de filhos 77% (setenta e sete) possui entre 1 e 2 filhos, 23% (vinte e três) possui de 2 a 3 filhos; já no que se trata do tempo aproximado de trabalho com avicultura caipira 61% (sessenta e um) alegam que trabalham neste ramo a apenas 3 anos, 15% (quinze) de 4 até 10 anos e 23% (vinte e três) de 11 até 20 anos; e para encerrar, 61% (sessenta e um) possui uma renda de 1 até 2 salários mínimos, e os outros 38% (trinta e oito) possuem uma renda acima de 2 salários mínimos.

## 6.2 PRONAF – Impacto socioeconômico no município de Sumé para o desenvolvimento rural via ASA

### **Um dos questionamentos é em relação ao acesso ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)?**

Nesse questionamento 100% dos entrevistados são beneficiários do programa via acesso ao PRONAF por meio de assentamento rural.

**Quadro 04 – Questionamento em relação ao motivo que o levou a fazer o empréstimo/financiamento via PRONAF?**

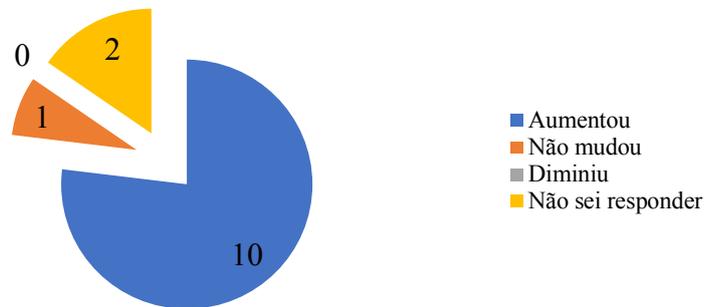
Questionamento	Quantidade	%
Aumento de produção	5	38%
Adquirir algum equipamento	5	38%
Não estava conseguindo quitar as contas de casa	0	0%
Não estava conseguindo quitar as contas da propriedade	0	0%
Gostaria de melhorar a propriedade	10	77%
Aquisição de animais	13	100%
Implantar ou reformar algum tipo de reservatório de água	13	100%
Outros	0	0%

**Fonte:** Elaboração própria (2018).

De acordo com o Quadro 03, uma das maiores necessidades do Empréstimo/Financiamento via PRONAF elencado pelos beneficiários do programa, para a aquisição de animais, implantar ou reformar algum reservatório de água, fazer uma melhoria na propriedade 77%, destacando que realizou o empréstimo/financiamento para aumentar a produção 38% (trinta e oito), já para a aquisição de algum equipamento 38% dos entrevistados destacaram que realizaram a aquisição de materiais mais modernos. Os resultados obtidos em relação às respostas do questionário estão representados nos gráficos a seguir.

Em relação ao questionamento da renda familiar após o empréstimo/financiamento via PRONAF, a maioria respondeu que aumentou.

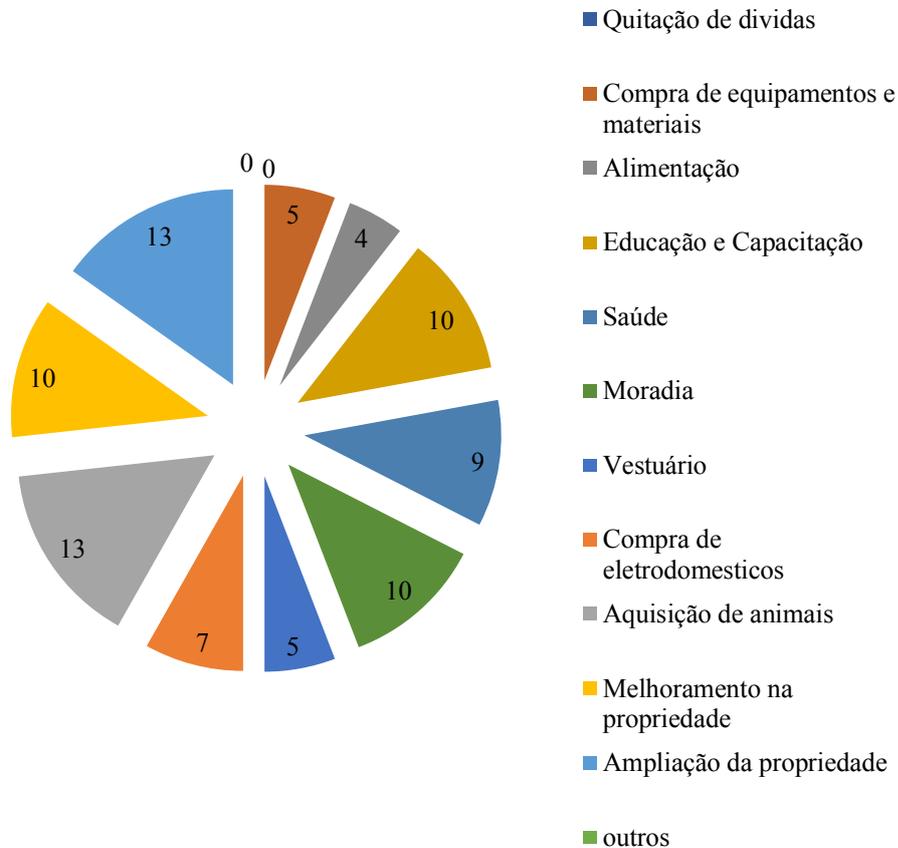
**Gráfico 01 – Houve um aumento na sua renda após o empréstimo/financiamento via PRONAF?**



**Fonte:** Elaboração própria (2018)

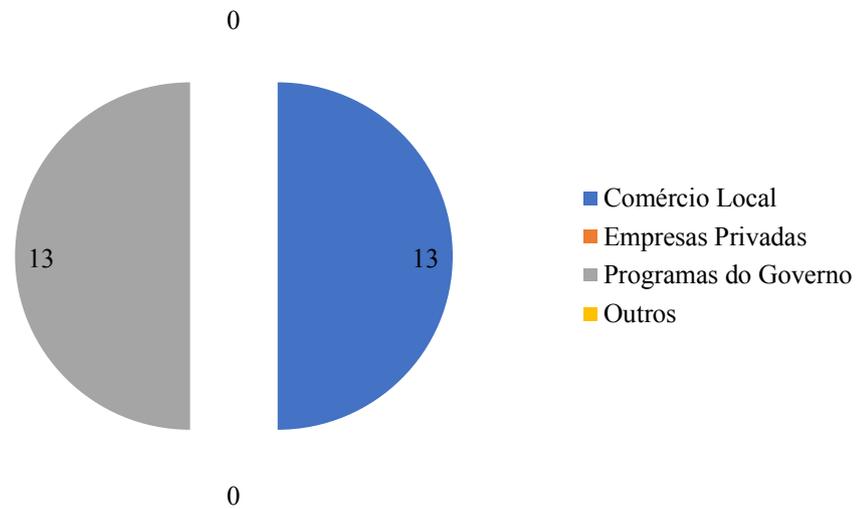
Em relação ao questionamento quanto ao aumento da renda, e o seu uso, foi possível observar que em sua maioria foi utilizada para melhoria na saúde da família, melhoria da alimentação, melhorias na propriedade e investimento na educação de capacitação de todos os familiares. De acordo com o gráfico 02, e os gráficos seguintes, ele reflete um aumento na capacidade produtiva e as atividades, como também da produção, onde tudo isso impacta no desenvolvimento rural, visto que este é o resultado de uma pluriatividade que agrega a renda.

**Gráfico 02 – Se sua renda aumentou qual uso atribuído? Pode marcar mais de uma.**



**Fonte:** Elaboração própria (2018)

No tocante a pergunta, O PRONAF contribuiu na qualidade de vida da sua família, 100% (cem) dos entrevistados alegam como prioridade e segurança o bem estar de sua família. Onde, todos os pequenos produtores realizaram algum tipo de melhoria de maneira a contemplar todos os familiares.

**Gráfico 03 - Qual é seu principal público consumidor?**

**Fonte:** Elaboração própria (2018).

Os beneficiários em sua totalidade responderam que comercializam seus produtos no comércio local como a feira livre do município, como também trabalha por meio de programas do governo. Porém, alguns ainda comentaram: “vender na feira livre diretamente ao consumidor é melhor porque o ganho é maior”.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para melhor análise das informações qualitativa e quantitativamente, foram mostradas algumas compreensões sobre os conceitos fundamentais do terceiro setor e seus cinco atributos estruturais ou operacionais que as diferenciam de outros tipos de organizações sociais, conjugando a compreensão do conceito de desenvolvimento local e capital social e a sua relação com o associativismo.

A associação de criadores colocou a disposição dos produtores todo o capital social através de seus membros, que, engajados de forma profissional, portando conhecimentos práticos e teóricos na área da gestão, onde passaram a promover às ações fundamentais a consecução dos objetivos da ASA.

Mediante a compreensão destes conceitos foi possível mensurar o trabalho realizado pela associação sumeense de avicultura na condição de fomentadora do Desenvolvimento Local, onde a parceria com a Prefeitura Municipal De Sumé atua até os dias de hoje juntamente com o comércio local, como principais financiadores neste processo de desenvolvimento.

A parceria entre o poder público e o terceiro setor, constituída entre a prefeitura municipal e a associação sumeense de avicultura de Sumé se torna viável quando se trata da busca pelo desenvolvimento local, em que o capital social é posto a serviço da coletividade através da união das pessoas em um processo de associativismo, promovendo assim o terceiro setor como fonte de desenvolvimento, fundamentado na geração de emprego e renda.

Diante deste cenário, a parceria entre ASA e prefeitura municipal de Sumé, se configura como um exemplo admirável e real de que este processo de parceria promove o Desenvolvimento Local e, principalmente, promove a ascensão econômica e social dos pequenos produtores de galinhas caipira do município.

## REFERÊNCIAS

- <https://deolhonocariri.com.br/outros/prefeitura-de-sume-incentiva-a-avicultura-no-municipio>  
acesso em: 17/09/2018
- <https://empresasdobrasil.com.br/associacao-sumeense-de-avicultura-102534> acesso em:  
03/10/2018
- [http://www.ufcg.edu.br/prt\\_ufcg/assessoria\\_imprensa/mostra\\_noticia.php?codigo=20287](http://www.ufcg.edu.br/prt_ufcg/assessoria_imprensa/mostra_noticia.php?codigo=20287)  
acesso em: 15/09/2018
- [http://www.jornaldaparaiba.com.br/vida\\_urbana/conab-investe-mais-de-r-11-milhoes-na-agricultura-familiar-da-paraiba.html](http://www.jornaldaparaiba.com.br/vida_urbana/conab-investe-mais-de-r-11-milhoes-na-agricultura-familiar-da-paraiba.html) acesso em: 15/09/2018
- <http://www.cdsa.ufcg.edu.br/cdsa/categorias/591-avicultores-do-sul-conhecessem-projeto-de-cria%C3%A7%C3%A3o-de-galinhas-caipira-do-cdsa.html> acesso em: 03/10/2018
- [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm) acesso em:  
03/10/2018
- FILHO, L.C.D.; MENDES, C.M.I. **Viabilidade técnica e econômica na criação alternativa de frangos**. In: Conferência Apinco de Ciência e Tecnologia Avícolas, 2001. Anais...Campinas: FACTA, 2001, p. 254-266.
- FIGUEIREDO E. A. P.; AVILA V. S.; ROSA P. S.; JAENISCH, F. R. F.; PAIVA, D. P. Criações de frangos de corte coloniais embrapa 041. Instrução técnica para o avicultor. 21 Concórdia: **Embrapa Suínos e Aves**, 2001. 2p.
- CARRIJO, A. S.; MADEIRA, L.A. ; SARTORI, J.R.; PEZZATO, A.C.; GONÇALVES, J.C.; CRUZ, V.C.; KUIBIDA, K.V.; PINHEIRO, D.F. alho em pó na alimentação alternativa de frangos de corte. **Pesquisa agropecuária Brasileira**, Brasília, Jul. 2005, v.40, n.7, p. 673-67.

CAIRES, C.M., CARVALHO, A.P., CAIRES, R.M. Criação alternativa de frangos de corte. **Revista Eletrônica Nutritime**, março/abril, 2010, v. 7, n.2, p.1169-1174.

MARTINS, SERGIO RICARDO OLIVEIRA. Desenvolvimento, Local: Questões conceituais e metodológicas. Universidade Católica Dom Bosco. Revista Internacional de Desenvolvimento Local. Set.2002 V. 3, N. 5, p. 51-59. Disponível em: [www3.ucdb.br/mestrados/RevistaInteracoes/n5\\_serpio\\_martins.pdf](http://www3.ucdb.br/mestrados/RevistaInteracoes/n5_serpio_martins.pdf)

ARAUJO, Claudiana Aparecida Leal de, e TEOFILO Carlos Renato. Desenvolvimento Local: uma leitura das associações nas comunidades rurais. Congresso Internacional Interdisciplinar em ciências e humanidades. Niteroi RJ: ANINTER-SH/ PPGSD-UFF, 03 a 06 de setembro de 2012, ISSN 2316-266X.

<https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/109501/lei-9790-99> acesso em: 30/11/2018

[https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2016/estimativa\\_dou.shtm](https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2016/estimativa_dou.shtm)

acesso em: 01/12/2018

RAMPASO, Renato Favero. **Entendendo o Terceiro Setor**. Osasco, SP: Novo Século Editora, 2010.

TABOSA, Francisco José Silva, et al. **Desenvolvimento Local e Capital Social: uma leitura sobre os núcleos e arranjos produtivos do estado do Ceará**. 2014.

VOLTOLINI, Ricardo (organizador). **Terceiro Setor: planejamento e gestão**. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2003.

[https://www.researchgate.net/figure/Figura-1-Ciclo-de-Politicas-Publicas\\_fig1\\_307690019](https://www.researchgate.net/figure/Figura-1-Ciclo-de-Politicas-Publicas_fig1_307690019)

acesso em: 01/12/2018

[http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/329483/pge\\_cartilha\\_fpm.pdf](http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/329483/pge_cartilha_fpm.pdf) acesso

em: 03/12/2018

OLIVEIRA, D.P.R. de. Planejamento estratégico: conceitos, metodologia e práticas. 22. Ed. São Paulo: Atlas, 2006.

<http://mds.gov.br/assuntos/seguranca-alimentar/programa-de-aquisicao-de-alimentos-paa/programa-de-aquisicao-de-alimentos> acesso em: 03/12/2018

PORTUGAL, A. D. **O desafio da agricultura familiar. 2002 Disponível em:**

<https://ruralsustentavel.wordpress.com/2013/12/11/desafio-da-agricultura-familiar/> acesso em: 07/12/2018

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: Uma Revisão da Literatura.** Porto Alegre, 2006.1

Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>. Acesso em: 29/11/2018

FREY, K. (2000). **Políticas Públicas** – “Um Debate Conceitual E Reflexões Referentes À Prática De Análise De Políticas Públicas No Brasil”. Planejamento e Políticas Públicas. vol. 21. Brasília: Ipea, p. 211-259. Disponível em:

<http://www.ipea.gov.br/pub/ppp/ppp21/parte5.pdf>>, acesso em: 29/11/2018

PEREIRA, Tuane Soares. **Análise do PRONAF e o Desenvolvimento Rural no Município de Sumé/Paraíba.** /Sumé – PB: [s.n], 2017.

HEIDEMANN, Francisco G. Do Sonho Do Progresso às Políticas De Desenvolvimento. In.: Brasília: EdUnB, 2009 disponível em:

[https://scholar.google.com/scholar\\_lookup?title=Do+sonho+do+progresso+%C3%A0s+pol%C3%ADticas+de+desenvolvimento+Pol%C3%ADticas+p%C3%BAblicas+e+desenvolvimento:+bases+epistemol%C3%B3gicas+e+modelos+de+an%C3%A1lise&author=HEIDEMANN+Francisco+G.HEIDEMANN+Francisco+G.&author=SALM+Jos%C3%A9+F.&publication\\_year=2009](https://scholar.google.com/scholar_lookup?title=Do+sonho+do+progresso+%C3%A0s+pol%C3%ADticas+de+desenvolvimento+Pol%C3%ADticas+p%C3%BAblicas+e+desenvolvimento:+bases+epistemol%C3%B3gicas+e+modelos+de+an%C3%A1lise&author=HEIDEMANN+Francisco+G.HEIDEMANN+Francisco+G.&author=SALM+Jos%C3%A9+F.&publication_year=2009) acesso em: 30/11/2018

DENARDI, Reni Antonio. Agricultura Familiar e políticas públicas: alguns dilemas e desafios para o desenvolvimento rural sustentável. **Agroecologia Desenvolvimento Rural Sustentável**, jul.-set., 2001, v. 2, n. 3.

SCHNEIDER, S. **Agricultura familiar e desenvolvimento rural endógeno: elementos teóricos e um estudo de caso.** In: Froehlich, J. M.; Vivien Diesel. (Org). **Desenvolvimento rural – Tendências e debates contemporâneos.** Ijuí: Unijuí, 2006.

BORGES, Judite Ângela Vieira ; SANTOS, Carlos Eduardo Ribeiro. **A Agricultura Familiar e Sua Influência na Economia do Município de Itiruçu/BA. 2012. 25 f.** Semana da Economia, ANAIS (Ciencias Economicas)- UESB, FIEF, [S.1.], 2012.1

<http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/investimento-na-agricultura-2016> acesso em: 30/11/2018

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento includente, sustentável sustentado.** Rio de Janeiro, editora garamond, 2004.

MATTEI, Lauro. **O Papel e a Importância da Agricultura Familiar no Desenvolvimento Rural Brasileiro Contemporâneo,** Fortaleza, jan. 2014, v. 45, n. 1, p.71-79.

<http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-creditorural/como-funciona-o-pronaf> acesso em: 30/11/2018 (MDA, 2010)

MARONI, Márcia Maria Ferreira. **Qualidade de vida e perfil socioeconômico dos beneficiários do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Da Marsoregião Cearense.** 2006. 157 p. Dissertação (Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas)- UFCE, Fortaleza, 2006, v. 1.

<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2003/lei-10696-2-julho-2003-497183-publicacaooriginal-1-pl.html> acesso em: 03/12/2018

<http://mds.gov.br/> (MDS, 2006) acesso em: 03/12/2018

<http://www.formacaoweb.com.br/ilessons/lay4/index.php?idCurso=118> (Wilson Roberto, 2014). acesso em: 03/12/2018

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L9790.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9790.htm) acesso em: 07/12/2018

## APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE - UFCG**  
**CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SEMIÁRIDO – CDSA**  
**UNIDADE ACADÊMICA DE GESTÃO PÚBLICA – UAGESP**  
**CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA**

### INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

Prezado produtor (a):

O presente instrumento de pesquisa faz parte de um dos elementos que compõe o trabalho de conclusão do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública UAGESP/CDSA/UFCG, como exigência para obtenção do **Certificado de Grau Superior em Gestão Pública**, que visa subsidiar a etapa referente à pesquisa de campo, fazendo um estudo sobre a **ASSOCIAÇÃO SUMEENSE DE AVICULTURA: UM ESTUDO DE CASO**. Solicitamos sua colaboração no sentido de responder esse **questionário** com precisão e prontidão ao roteiro aqui elaborado. Cabe ressaltar o resguardo às identidades dos participantes e dos seus respectivos dados pessoais, e de que neste estudo não há respostas certas ou erradas, logo não haverá individualização de respostas. Desde já fique ciente de que sua colaboração é de extrema importância para o êxito dessa pesquisa. Cientes de sua valiosa contribuição, já deixamos nossos agradecimentos.

Jose Lucas Jácome de Moura. E-mail: [joselucasjacome@hotmail.com](mailto:joselucasjacome@hotmail.com)

Prof. Dr. Tiago Gonçalves Pereira Araújo. Prof. orientador. E-mail: [tiagoaraujo@yahoo.com](mailto:tiagoaraujo@yahoo.com)

## ROTEIRO DO QUESTIONÁRIO

**MUNICÍPIO: Sumé/PB**

### PERFIL DO ENTREVISTADO

1. **Gênero:**  feminino  masculino
  2. **Faixa etária:**  18-21  22-30  31-40  41-50  acima de 50. Em anos.
  3. **Escolaridade:**  analfabeto  fundamental incompleto  fundamental completo  
 médio incompleto  médio completo  superior incompleto  superior completo
  4. **Se superior, qual curso?** \_\_\_\_\_
  5. **Profissão:** \_\_\_\_\_
  6. **Tem filhos? Quantos?** \_\_\_\_\_
  7. **Há quanto tempo trabalha com avicultura caipira?**  até 03 anos  04 a 10 anos  
 11 a 20 anos  21 a 30 anos  acima de 30 anos.
  8. **Quanto você ganha de renda mensalmente?**  até 01 salário mínimo  entre 01 e 02 salários mínimos  acima de 02 salários mínimos
  9. **E quanto você ganha com a produção de aves caipiras?** \_\_\_\_\_
  10. **Tamanho da propriedade em hectare(s):** \_\_\_\_\_
  11. **Quantidade de aves por ciclo:** \_\_\_\_\_
  12. **Para você, a produção de galinha caipira deixaria de ser só uma fonte alternativa de renda e passaria a ser a fonte principal? Se sim, em quanto tempo?** \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_
  13. **O sistema de criação adotado em sua propriedade é:**  
 intensivo – animais em confinamento  
 extensivo – criados em pasto  
 semiintensivo – passam o dia no pasto e retornam no fim do dia
  14. **Qual é seu principal público consumidor?**  
 comércio local  
 empresas privadas  
 programas do governo  
 outros
  15. **Qual é seu principal público fornecedor?**  
 comércio local  
 empresas privadas  
 programas do governo
  16. **Existem dificuldades na produção de galinha caipira? Se sim, quais?**  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_
- PRONAF**
17. **Como você teve acesso ao Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF)?** \_\_\_\_\_
  18. **Já fez algum tipo de empréstimo ou financiamento através do PRONAF?**  
 sim  não

**19. Que motivo o levou a fazer empréstimo/financiamento do PRONAF?**

- aumento de produção
- adquirir algum equipamento
- não estava conseguindo quitar as contas de casa
- não estava conseguindo quitar as contas da propriedade
- gostaria de melhorar a propriedade
- aquisição de animais
- implantar ou reformar algum tipo de reservatório de água
- outros

**20. O PRONAF contribuiu na produção? ( )sim ( )não ( )parcialmente****21. O PRONAF contribuiu na qualidade de vida da sua família?**

- ( )sim ( )não ( )parcialmente

**22. Houve um aumento na sua renda após o empréstimo/financiamento através do PRONAF? ( )sim ( )não****23. Se sua renda aumentou, qual uso atribuído: pode marcar mais de uma alternativa, se necessário.**

- quitação de dívidas
- compra de equipamentos e materiais
- alimentação
- educação e capacitação
- saúde
- moradia
- vestuário
- compra de eletrodomésticos
- aquisição de animais
- melhoramento na propriedade
- ampliação da propriedade
- outros (especifique)

**APENDICE B – FOTOS DA ENTREGA DOS FRANGOS CAIPIRA NO CRAS EM SUMÉ-PB (2016), imagens cedidas pela ASA:**



**Figura 01:** Acervo de fotografias ASA (PAA no CRAS, Sumé – PB), 2016.



**Figura 02:** Acervo de fotografias ASA (PAA no CRAS, Sumé – PB), 2016.



**Figura 03:** Acervo de fotografias ASA (PAA no CRAS, Sumé – PB), 2016.



**Figura 04:** Acervo de fotografias ASA (PAA no CRAS, Sumé – PB), 2016.

**APENDICE C: FOTOS TIRADAS DURANTE A PESQUISA COM OS ASSOCIADOS À ASA BENEFICIÁRIOS DO PRONAF EM SUMÉ – PB**



**Figura 05:** Fotos tiradas durante a pesquisa, 2018.



**Figura 06:** Fotos tiradas durante a pesquisa, 2018.



**Figura 07:** Fotos tiradas durante a pesquisa, 2018.



**Figura 08:** Fotos tiradas durante a pesquisa, 2018.